

Proj. Lei Compl. nº 193/09

AO EXPEDIENTE
Em 17 NOV 2009

Recebido. Autue-se
inclua em pauta.

Em 18/11/2009

1º Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

18 NOV 2009

Protocolo 059/09

Processo 059109



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 205 , DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar que “Altera redação do artigo 15 da Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009.”.

Nobres Parlamentares, o presente Projeto de Lei tem por objeto a alteração da data de vencimento da contribuição previdenciária, prevista no artigo 15 da Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009, que “Dispõe sobre o Plano de Custeio do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, e dá outras providências”

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

17 NOV 2009

[Signature]
Nome



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.

Altera redação do artigo 15 da Lei Complementar
nº 524, de 28 de setembro de 2009.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. O artigo 15 da Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009, que “Dispõe sobre o Plano de Custeio do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. As contribuições de que tratam o artigo 4º e 6º deverão ser pagas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, implicando o não pagamento na suspensão prevista no artigo 8º da Lei Complementar 432, de 3 de março de 2008.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.